

LINHAS PROGRAMÁTICAS DO CDS-PP PARA AS ELEICOES EUROPEIAS DE 2019

PORTUGAL.

A EUROPA É AQUI.

«A Europa não é uma realidade longínqua, é uma realidade que tem a ver com o nosso dia a dia e que tem impacto direto na nossa vida» Nuno Melo, 4 de Fevereiro de 2019

Neste ano a Europa vai a votos. Todas as eleições são importantes, mas tendo em conta os enormes desafios externos e internos estas serão cruciais para o próprio projecto europeu e para Portugal. A Europa encontra-se numa encruzilhada em que os extremos e as soluções populistas são acompanhados por uma situação internacional desafiante, sem certezas e com organizações terroristas que olham para a Europa como um alvo.

Perante esta realidade difícil o CDS-PP assume a responsabilidade inscrita na sua matriz de ser um partido europeísta, mas não federalista.

Assumimos esta vontade de forma clara e com a serenidade de um estado-nação com mais de oito séculos de história habituado a estar no mundo e com expressão além-fronteiras.

Queremos ser a voz dos Portugueses numa Europa em que os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade sejam reforçados.

Queremos ser a voz dos Portugueses numa Europa humanista e solidária entre as várias gerações e que olha para a coesão social como prioritária. Uma Europa social e responsável.

Queremos ser a voz dos Portugueses numa Europa que sabe acolher com segurança.

Queremos ser a voz dos Portugueses que querem um futuro sem impostos europeus e em que a regra de votação por unanimidade em matéria fiscal seja mantida.

Queremos ser a voz dos Portugueses que querem contribuir para a diversificação energética e em que o acesso da Península Ibérica às redes de energia europeias pode atenuar a dependência de petroditaduras.

Queremos ser a voz dos Portugueses numa Europa em que a Economia Azul e o Mar são estratégicos. O Mar é um espaço de afirmação de Portugal na Europa.

Queremos ser a voz dos Portugueses que encaram a agricultura e o seu interior como parte de um caminho partilhado com horizontes numa Europa convergente. A agricultura é para nós um património com futuro.

Queremos ser a voz dos Portugueses numa Europa coesa face às consequências das alterações climáticas e na aposta de um ambiente sustentável e inclusivo.

Queremos estar na linha da frente da inovação e fazer parte de um Mercado Único Digital.

Não queremos ser a voz da Europa em Portugal, mas sim a voz de Portugal em Bruxelas.

Portugal é um estado-membro da União Europeia, que não prescinde da sua vocação Atlântica secular e do relacionamento privilegiado com o mundo e, em particular, com os países de expressão portuguesa.

Na Declaração de Princípios apresentada ao País em 19 de Julho de 1974, foi ínsito que «pela sua posição na Europa, defendemos que Portugal se organize de forma acelerada com vista à integração no Mercado Comum.» E a propósito, foi esclarecido que “defendemos a necessidade da integração de Portugal no Mercado Comum, tão cedo quanto possível, com vista à nossa participação de pleno direito na Conferência Europeia prevista para 1980.» A adesão, se a benefício do desenvolvimento de Portugal, também acrescentaria a um bloco de Nações poderosas da Europa ocidental, todo o peso, significado e oportunidades resultantes da presença secular de Portugal no mundo. Nascemos e expandimo-nos de olhos voltados para o oceano. Por isso, com relevância equivalente, o CDS sublinhou sempre a importância de uma perspectiva atlantista que, sendo tão própria, nos distingue de grande parte dos restantes países europeus.

A paz representa o primeiro e mais comprovado sucesso da União Europeia, juntando num projecto político comum, algumas das principais nações que travaram a I e II Guerras Mundiais. Exactamente por isso, o Brexit constitui o primeiro grande fracasso desse projecto, na medida em que traduzirá a saída de uma das mais significativas potências beligerantes. Acresce o facto do Reino Unido ser a segunda maior economia com cerca de 70 milhões de consumidores. É também um contrapeso determinante, em relação ao predomínio continental de franceses e alemães. O Brexit é uma má notícia para a UE. É também uma perda estratégica para Portugal. A Inglaterra é, historicamente, o nosso mais velho aliado. Mas para lá deste facto, o Reino Unido compartilha com Portugal na União Europeia uma visão atlantista, que grande parte dos outros Estados não prossegue, nem releva igualmente. A saída do Reino Unido significará a perda de um aliado estratégico na defesa deste pressuposto geo-estratégico.

Portugal é um dos países membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Entendemos que ao longo da sua história, a NATO mostrou ser um meio eficaz de defesa mútua em resposta a qualquer ataque de entidades externas, que a mudança geo-estratégica à escala global, nomeadamente o colapso do bloco soviético e a derrocada do comunismo como projecto internacionalista não invalidou.

Pelo contrário, muitos dos perigos passados persistem, somados a novas realidades, que provocam receios justificados, casos do aparecimento de organizações terroristas de dimensão supranacional, do armamento reforçado nuclear de países hostis às democracias de tipo ocidental, com aspirações ao reconhecimento de potências nucleares como a Coreia do Norte e da instabilidade no Médio Oriente.

Pela sua capacidade militar dissuasória, a NATO tem sido um factor de paz no Continente Europeu e à escala global. Entendemos que a participação de Portugal na NATO não deve ser substituída por um exército europeu, sem provas dadas e com evidentes possibilidades de problemas de comando. Não obsta este facto à vantagem de um Fundo Europeu de Defesa, pensado no âmbito e em colaboração com a NATO, reforçando a nossa eficácia e modernizando a indústria Europeia de armamento.

Temos a este propósito presente os termos do comunicado da Comissão Europeia sobre o tema: «Complementarmente à nossa cooperação com a NATO, precisamos de fazer mais e melhor. Hoje mostramos que estamos a passar da teoria à prática. O Fundo servirá de catalisador para uma indústria europeia da defesa forte, capaz de desenvolver tecnologias e equipamentos de ponta e plenamente interoperáveis. Os Estados-Membros continuarão a assumir o comando, a obter uma elevada rentabilidade — e, em última análise, verão a sua influência aumentar».

Defendemos que os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade encarnam o ideal de Europa unida que realmente pretendemos. Somos contra impostos europeus e rejeitamos qualquer alteração à regra de unanimidade em questões fiscais.

Como podemos ver o CDS é um partido profundamente europeísta. Não é, no entanto, um partido federalista. Europeísmo nunca foi, necessariamente, sinónimo de federalismo. O princípio da subsidiariedade é para nós fundamental para a construção desse Europeísmo. A riqueza do nosso projeto comum reside no princípio da subsidiariedade que os tratados consagram, com respeito pelas diferenças. A União Europeia é um mosaico. Há inúmeras matérias de vocação europeia, fundamentais para correcção de desigualdades, assimetrias e alcançar metas de convergência. Outras há, no entanto, em que um único modelo ou solução, não pode ser replicado em 28 Estados com resultados igualmente satisfatórios.

A UE nasceu da necessidade de evitar a repetição de conflitos trágicos, agregando politicamente nações antes beligerantes, dispostas a discutir conjuntamente muito do que as separava. Significa que a UE não obedece a nenhuma vocação originária. É um exercício de puro pragmatismo. É feita de 28 Estados com interesses estratégicos variáveis, múltiplas línguas e pesos demográficos absolutamente desproporcionados.

O CDS defende, pois, um princípio da subsidiariedade, que não pode ser letra morta nos tratados. Foi consagrado para assegurar decisões tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo dos cidadãos. Mesmo depois de se concluir que, por aplicação do princípio da subsidiariedade, a actuação da União é necessária, o princípio da proporcionalidade vem impor que a sua intervenção não exceda o necessário para alcançar os objectivos visados no caso concreto. Assim se constrói a Europa dos cidadãos.

Em paralelo, defendemos o aumento do orçamento europeu, sem recurso a impostos europeus. Rejeitamos os impostos europeus, a começar, por razão conceptual. A capacidade e lançar e cobrar impostos é e deve manter-se uma prerrogativa dos Estados. Em segundo lugar, impostos europeus significarão o mais perigoso dos precedentes. Em concreto, dizer-se que estes impostos sugeridos desonerariam os contribuintes portugueses do reforço do orçamento da União, é igualmente o mais falacioso dos argumentos.

Os empresários que apostaram e tencionam apostar no sector digital, ou que exerçam actividades industriais, são contribuintes e são portugueses. As respectivas empresas são fundamentais para a criação de postos de trabalho e para o comportamento das exportações. E, genericamente, já são abundantemente flageladas pela administração fiscal.

Portugal deve, conscientemente, permanecer no Euro e lutar por uma moeda única que sirva os seus interesses e que possibilite que a sua economia cresça de modo sustentado. E o acesso directo a um mercado como o da zona Euro é uma mais-valia de que Portugal não deve prescindir, pugnando activamente para uma melhoria da União Económica e Monetária e pela concretização da União Bancária.

E defendemos que manter a regra de unanimidade nas votações em matéria fiscal é fundamental para a coesão entre todos os Estados-membros.

Uma Europa Social, um futuro responsável

Para o CDS, a dimensão social é uma das marcas de excelência do projeto europeu e indispensável para o desenvolvimento e para o crescimento de uma União que se quer justa e solidária.

O Modelo Social Europeu que conhecemos e do qual nos orgulhamos, que temos como uma conquista civilizacional, e que tem resistido a tempos de crise, tem na economia social, e as entidades que a compõem, um dos seus pilares mais sólidos.

Na União Europeia são cerca de dois milhões de entidades - entre associações, cooperativas, mutualidades, misericórdias ou instituições particulares de solidariedade social – que geram 11 milhões de postos de trabalho, o que equivale a 6 % da população ativa e a 10 % do total das empresas do tecido empresarial europeu.

A União Europeia atravessa hoje um período particularmente sensível em que os princípios de solidariedade, subsidiariedade, compromisso cívico e colaboração entre indivíduos que compõem as comunidades, poderão fazer a diferença. Esses são precisamente princípios naturais da economia social, fazendo dela agente único na promoção da coesão social, económica e territorial da UE.

Como tal, deverá a União Europeia promover um modelo de resposta social em parceria entre o Estado e as instituições sociais enquanto via para um efectivo combate à exclusão social. Deverá a UE facilitar a atuação dos agentes da economia social e harmonizar e potenciar um conjunto de definições comuns aplicáveis às diversas formas da economia social existentes na Europa de modo a que operem com uma base jurídica segura e aumentem a sua cobertura geográfica.

Deve ainda a União Europeia apostar claramente na criação e continuidade de fundos europeus exclusivos para a coesão social e funcionamento e desenvolvimento da economia social. Devem, por fim, os Estados-Membros definir conjuntamente uma estratégia clara para o sector, a que Portugal, pela tradição e desenvolvimento do seu terceiro sector, poderá liderar.

É esta matriz identitária da Europa que o CDS também neste compromisso para com os eleitores na sua candidatura às Europeias pretende preservar e reforçar.

Um dos avanços humanistas mais importantes que a Europa conheceu nos últimos anos foi a assinatura pelo presidente da Comissão Europeia, pelo presidente do Parlamento Europeu e o por um representante do Conselho da União Europeia, do Pilar Social dos Direitos Europeus, ocorrida em novembro de 2017.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais define os 20 princípios para a uma UE mais justa e mais inclusiva, dividindo-os em 3 grupos - Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho (1 a 4); Condições de trabalho justas (5 a 10); Proteção e inclusão sociais (11 a 20).

Conforme refere o próprio documento “ao unificar e orientar os Estados-Membros para a melhoria da vida quotidiana, o emprego e a assistência social, o Pilar é positivo para os cidadãos e positivo para o crescimento económico sustentável”.

É nosso entendimento que o caminho começado a traçar por este Pilar não pode ter sido em vão e que cabe à Europa adotar medidas que vão ao encontro dos princípios consagrados pelo Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em áreas tão importantes como a natalidade, a conciliação da vida familiar com a vida profissional, o combate à pobreza e à exclusão social ou a qualificação e formação.

A queda da natalidade é hoje reconhecidamente um dos mais graves problemas não só europeu, mas sobretudo nacional. Os portugueses respondem sistematicamente que gostariam de ter filhos ou mais filhos, mas sentem que não têm condições para tal. Proporcionar condições que permitam inverter esta natalidade não é apenas indispensável a nível nacional, como deve ser uma das prioridades a nível europeu.

É um desígnio do qual depende o equilíbrio social, a energia para construir um futuro coletivo, a continuidade enquanto comunidade histórica, a vitalidade económica e a solidez financeira do próprio Estado social.

Em 2016, o índice sintético de fecundidade (Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil) não foi superior a 2 em nenhum dos países de EU, sendo os 5 mais elevados França

e Suécia, onde registou 1,9 e na Irlanda, Dinamarca e Reino Unido, onde registou 1,8. No lado oposto da tabela situaram-se a Itália e a Espanha com 1,3 e Portugal, Malta e Chipre com 1,4.

Sabemos que este é um desafio partilhado na Europa e, em geral, nos países mais desenvolvidos. Neste momento é um tema incontornável na agenda política europeia e inúmeros países adotaram políticas integradas de promoção da natalidade e da família. As experiências de outros países demonstram, não só que é urgente, mas, também, que é possível inverter a queda da natalidade.

Assim, torna-se fundamental que os Estados-Membros definam, conjuntamente, medidas de reversão do declínio da natalidade da Europa.

Atualmente, a família está em processo de mutação e, devido às mudanças socioculturais, tecnológicas e outras, há novas estruturas e novos ambientes familiares, que estabelecem novas realidades.

Hoje em dia, torna-se uma tarefa cada vez mais árdua conciliar a vida familiar e a profissão, designadamente nos projetos e na conciliação de horários. As transformações a que assistimos na sociedade, se não passarem a ser devidamente acompanhadas de medidas amigas das famílias, não reverterão a queda na natalidade.

Há, pois, atualmente, um travão para quem quer ter filhos, tendo, como uma das principais consequências, adiar o nascimento de um filho até que estejam reunidas melhores condições, ou, mesmo, não ter esse filho porque não consegue conciliar a vida laboral com as intensões familiares.

Uma Europa que pretende ser um espaço de oportunidades, tem que considerar como uma das oportunidades primordiais a defesa de políticas e de medidas que fomentem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Nesse sentido, defendemos que devem ser tidas como prioritárias medidas visem a promoção da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Uma Europa com uma matriz social forte, não pode ignorar todos os níveis de pobreza, devendo estar sempre atenta aos seus indicadores, procurando encontrar soluções para as situações que vão verificando-se.

O Portugal 2020, por meio do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), veio implementar, em determinados territórios, a concertação entre parceiros, com o objetivo de dinamizar o empreendedorismo e a criação de postos de trabalho, permitindo, nesse sentido, dar resposta ao desemprego e à pobreza, nomeadamente, através do desenvolvimento da económica local.

Medidas como estas devem continuar a ser apostas da Europa, de modo a continuar a promover, por meio do DLBC:

a) Iniciativas de inclusão social, nomeadamente de combate à pobreza e à exclusão social e ao abandono escolar, através de medidas de inovação social e de empreendedorismo social em territórios urbanos desfavorecidos;

b) A concertação estratégica e operacional entre parceiros, através de GAL de cariz rural ou costeiro, para produção de resultados para o desenvolvimento local e para a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da integração urbano-rural e, de forma complementar, na promoção da inovação social e na resposta a problemas de pobreza e de exclusão social;

Um dos grandes desafios que a Europa atual enfrenta é a necessidade de uma eficaz política de qualificação e de formação dos trabalhadores no mercado de trabalho, nomeadamente para fazer frente ao avanço tecnológico que novos mercados noutras regiões do globo.

Se a Europa necessita de uma nova política de qualificação e formação, Portugal necessita muito mais, considerando, inclusive, o abandono que foi protagonizado por este Governo da execução das verbas de Formação Profissional com suporte no Fundo Social Europeu.

Terminado o ano de 2018, apenas foram executados 710 Milhões de €, ou seja, 34% do valor inicialmente orçamentado, que era 2.084 Milhões de €. Foram 1.374 Milhões de € que o Governo socialista desperdiçou e que muita falta fizeram para a qualificação e formação dos portugueses.

Importa, nesse sentido, que a Europa tenha como prioridade o reforço do investimento na qualificação e formação, incluindo na formação profissional e, nesse contexto, reforço de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade, desenvolvimento do sistema de formação dual e de qualidade das jovens gerações, bem como as condições necessárias para o ingresso no mercado de trabalho.

Há muito a fazer. Há muito que pode ser feito.

Defendemos a livre circulação de bens, pessoas, serviços, capitais e o intercâmbio de alunos e investigadores

Será justo reconhecer que ao longo de quase seis décadas, a União Europeia foi assegurando tempos duradouros de paz e desenvolvimento para os povos que integram o seu espaço comum. A cidadania da união complementou as cidadanias nacionais conferindo importantes direitos adicionais. Assim sucedeu a propósito da circulação de pessoas, da protecção diplomática, do direito de petição, ou da protecção de dados e de consumo.

A liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, potenciou um fluxo permanente de investimento, produção e emprego, a uma escala de cerca de 500 milhões de cidadãos, permitindo acentuados níveis de desenvolvimento, conforto e distribuição de riqueza. Em consequência, durante décadas, aos países da União Europeia foram registando aumentos contínuos dos seus produtos internos brutos, investimentos externos, empresas e empregos. Milhões de jovens e adultos puderam partilhar experiências de ensino, formação e investigação, em diferentes programas, desde o intercâmbio Erasmus ao apoio à investigação Marie Curie.

Todas estas conquistas e medidas permitiram o reforço de um sentimento de pertença europeu que deve ser mantido. Mais ainda, consideramos que a aposta na tecnologia e na inovação é um caminho imprescindível para a afirmação de Portugal, das suas empresas e também da relevância da Europa no mundo.

Acreditamos que o espaço europeu pode ser um destino de acolhimento para outros povos, mas exigimos respeito pelas nossas leis, valores e costumes. A segurança dos cidadãos é uma prioridade.

A livre circulação de pessoas, com abolição de fronteiras internas, implica liberdade de trânsito, residência e trabalho para todos. Naturalmente, este facto potencia riscos, sendo obrigação da União Europeia garantir que uma das nossas principais conquistas pode ser concretizada com segurança colectiva.

Ameaças cada vez mais diversas e complexas exigem dos Estados-Membros um reforço da cooperação e coordenação. Exigem também uma série de acções centradas nas ameaças mais prementes: dismantlar as redes criminosas e terroristas, prevenir a radicalização e o recrutamento de terroristas, proteger os cidadãos, as empresas e a sociedade da

cibercriminalidade, reforçar a gestão das fronteiras externas e melhorar a capacidade de resposta da UE em situações de crise.

Como noticiado recentemente, a tecnologia foi descrita como o motor da criminalidade organizada na União Europeia pela Europol. A utilização das novas ferramentas tecnológicas pelos criminosos foi apontada como uma preocupação crescente. Desde 2013, o número de grupos de crime organizado a operar na União Europeia aumentou 28% (há mais 1400 grupos em 2017).

Por seu lado, a deficiente partilha de informações com relevância criminal pelas diferentes polícias e entidades ligadas à segurança dos Estados, vem sendo apontada como uma das causas para o sucesso de alguns dos ataques de natureza terrorista ocorridos na União Europeia.

O reforço da cibersegurança é uma das prioridades da actualidade, justificando a necessidade de todos os países da União Europeia disponibilizarem os recursos e o investimento necessários, na prossecução das prioridades definidas pelo Conselho Europeu em Outubro de 2017.

Mecanismos de interoperabilidade de bases de dados com informações relevantes de diferentes países, com salvaguarda de direitos individuais, são também fulcrais para sucesso no combate à criminalidade no nosso espaço comum.

Em paralelo, temos a obrigação de acolher com humanismo todos quantos tentem escapar das atrocidades que o mundo enfrenta. Mas para que o consigamos fazer, com recursos necessariamente limitados, impõe-se rigor na entrada, que distinga o que tem de ser distinguido.: refugiados, merecedores ao direito de asilo, de migrantes à procura de trabalho, obrigatoriamente sujeitos às leis da imigração, que existem em quaisquer partes do planeta.

Queremos um reforço das políticas de coesão e maior justiça na distribuição dos fundos da Política Agrícola Comum, e aumento do orçamento da EU, sem recurso a impostos europeus. A Agricultura é um Património com Futuro. Tendo em conta as alterações climáticas temos que promover um Ambiente sustentável e inclusivo.

A Política Agrícola Comum (PAC) não é uma exigência, nem um capricho dos agricultores europeus. Trata-se de um objectivo assumido e institucionalizado em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma, reforçado pelo tratado de Lisboa. A PAC significa 12 milhões de agricultores e 30 milhões de trabalhadores agrícolas ao serviço de 500 milhões de consumidores europeus. Sublinhe-se que a população mundial deverá crescer de 6 para 9 mil milhões de habitantes em 2050.

Entre outros, a PAC tem como objectivos garantir a autonomia alimentar da União Europeia, promover a segurança alimentar, proteger os agricultores contra a excessiva volatilidade dos preços e as crises do mercado, ajudar os agricultores a investir na modernização das suas explorações, apoiar as comunidades rurais viáveis e a diversificação das economias rurais, criar e manter empregos nas indústrias alimentares, proteger o ambiente, o bem-estar dos animais, ajudar ao correcto ordenamento do território e à sustentabilidade dos recursos naturais.

A PAC assenta em dois pilares absolutamente essenciais:

O 1º Pilar, agregando os pagamentos directos e as medidas de mercado, corresponde a 70% do orçamento total da PAC (cerca de 408 mil milhões de euros a preços correntes), sendo atribuído a 100% com fundos comunitários. Deve assinalar-se que Portugal é dos países que recebe menos apoios do 1º Pilar, com diferenças que dificultam a competitividade do país.

O 2º Pilar visa apoiar o investimento nas zonas rurais e na modernização agrícola. Tem de ser participado por cada Estado-membro (15% no caso actual nacional) e permite financiar as explorações agrícolas, para a manutenção dos bens públicos, as paisagens, a biodiversidade, o ambiente e também como fonte de promoção das zonas rurais.

Apesar das virtudes do sistema, devemos reconhecer que existe uma enorme desigualdade na distribuição dos fundos relativos ao sector agrícola entre os 28 países da União Europeia, com grande desvantagem para Portugal, em 23º lugar em termos absolutos, no universo dos 28 Estados-Membros.

Assim defendemos um reforço nas políticas de coesão e maior justiça na distribuição dos fundos da PAC.

No continente e ilhas, Portugal tem uma superfície terrestre de 9 milhões de hectares, dos quais 94% é território rural, que se divide num terço florestal, num terço agrícola e o restante terço de matos e pastagens.

Temos de encarar a negociação do próximo quadro comunitário de uma forma que permita a Portugal promover a sua sustentabilidade económica, social, ambiental, demográfica e territorial, fornecendo assim as bases para a recuperação sustentável de uma trajetória de crescimento e de emprego.

Nestas negociações Portugal deve estabelecer, quer do ponto de vista político quer do ponto de vista da concertação social, uma linha de conduta que defenda o interesse nacional de forma firme e inequívoca e que valorize a coesão territorial e social como facto essencial do próximo quadro comunitário.

No quadro da União europeia, foi dado um forte impulso ao tema da coesão social e territorial. Em 2010 foi publicado o documento “Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, definindo três prioridades - o crescimento inteligente (aposta numa economia de valor acrescentado), o crescimento sustentável (associar a ecologia e a competitividade na economia europeia) e o crescimento inclusivo (aumentar o emprego e assegurar a coesão social e territorial no espaço europeu).

É hoje evidente que o interior do país está desertificado, desmotivado e em muitos casos abandonado. Tal circunstância não é uma inevitabilidade, na medida em que muitas atividades económicas podem e devem desenvolver-se em zonas do interior, assim como é hoje mais fácil, com as novas tecnologias e os novos modelos económicos, trabalhar à distância ou criar um negócio internacional a partir de qualquer ponto do globo.

Importa criar condições no interior do país para que este se assuma como uma verdadeira zona franca regulatória, capaz de se tornar o melhor local da Europa para começar e testar uma nova ideia ou um novo negócio.

Isso implica, por um lado, a definição de um estatuto fiscal do interior, acomodando as discriminações positivas necessárias, e, por outro, pela definição de um quadro regulatório especial para o interior do país, com uma competitividade radical, capaz de ser reconhecido no Mundo inteiro como o melhor local para investir.

A muito curto prazo, o interior do País deve ser alvo de um tratamento fiscal que tenha em conta as suas particularidades e especificidades territoriais e económicas – com o intuito de promover a coesão económica, social e territorial – assim atenuando progressivamente as desigualdades territoriais.

Para esse efeito, podem ser definidas áreas ou sectores preferenciais, de forma a podermos ter uma mais coerente e melhor promovida política de atração de investimentos e talentos, devendo

ser associadas, neste esforço, as instituições de ensino superior do interior, que aliás têm procurado, sozinhas, fazer algo nestas matérias.

A economia digital e a inteligência artificial aparecem como mundos de oportunidades. Sem esta ambição, dispondo apenas de políticas meramente infraestruturais, ou procurando réplicas cidades do litoral, o interior limitar-se-á a gerir a sua decadência.

Queremos um Mecanismo Europeu de Protecção Civil eficaz no auxílio em situações de catástrofe e medidas contra a seca e a desertificação.

O sul da Europa foi afetado por uma das maiores secas das últimas décadas. A água é um elemento fundamental à vida. Significa que os problemas relacionados com a sua falta, numa tendência que se agrava em razão dos fenómenos naturais e do aquecimento global do planeta, traduzem uma das principais preocupações e prioridades de acção da União Europeia. Se nada for feito, ocorrerá o colapso de economias, a actividade agrícola será abandonada em largas parcelas de territórios, pela impossibilidade de manutenção de pastos para os animais e rega, com consequente afastamento de pessoas e acentuação dos fenómenos de desertificação.

A União Europeia deve intervir e auxiliar na avaliação das situações de vulnerabilidade, facultando recursos financeiros adicionais no orçamento europeu para ajudar as populações nas zonas rurais. Convirá ter presente que um dos principais objectivos da União Europeia consiste no reforço da sua coesão económica, social e territorial, devendo assegurar-se que uma parte considerável das suas actividades e orçamento sejam consagradas à redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões. A política de coesão é um dos nossos maiores activos colectivos, tendo registado um substancial aumento orçamental desde 1998, tornando-se, a par da política agrícola comum, numa das políticas da União mais significativas em termos quantitativos.

Em tempos de alguma descrença, o reforço contínuo e correctamente direccionado dos mecanismos de coesão, ajudará a conceder credibilidade e a reforçar a percepção e sentido do projecto Europeu. Em concreto, o CDS defende que parte importante do próximo quadro comunitário seja direccionado ao combate à seca e à desertificação, assinalando que regiões como Vila Real, Bragança, Beira Alta e Alto Alentejo estão entre as que perdem mais população na UE.

Entre os anos 2000 e 2017 pereceram em incêndios perto de 200 pessoas em Portugal - mais de 100 só em 2017 - entre vítimas civis e operacionais no terreno. Em 2017, arderam em Portugal mais de 440 mil hectares, destruindo área de floresta, empresas, residências e veículos. Países como Itália, têm sido regularmente sacudidos por terremotos trágicos e o norte da Europa tem registado recorrentes inundações. Desde 1980, para além da perda de vidas humanas, os Estados-Membros da União Europeia sofreram mais de 360 mil milhões de euros de prejuízos, devido a fenómenos meteorológicos ou climáticos extremos. Só em Portugal, os prejuízos económicos directamente resultantes dos incêndios florestais ocorridos entre Junho e Setembro de 2017 foram avaliados em cerca de 600 milhões de euros, o que representa 0,34% do rendimento nacional bruto do país.

Ora, a protecção civil é precisamente uma das áreas em que a União Europeia, concertadamente, pode e deve intervir, com vantagem para todos, ajudando na prevenção e combate mais eficaz destes fenómenos. O artigo 6º do TFUE atribui competência à EU para desenvolver acções destinadas a aprovar, coordenar e completar a acção dos Estados-Membros no domínio da protecção civil.

O CDS apoia a criação de um Mecanismo Europeu de Protecção Civil, dotado de meios complementares aos diferentes recursos nacionais, geridos pela Comissão Europeia para auxílio

aos países que sejam afetados por inundações, incêndios florestais, sismos ou epidemias. Trata-se, como bem se compreende, de reforçar as capacidades europeias de reação e ajudar os Estados-Membros que se confrontam com catástrofes e cujas capacidades nacionais se mostrem insuficientes, reforçando capacidades de prevenção e preparação para catástrofes, colmatando de forma coletiva as lacunas existentes.

Por seu lado, tendo em conta a padronização territorial destes fenómenos, com particular incidência dos fogos em Portugal, o CDS defende que parte deste futuro mecanismo Europeu, em relação a estes meios de combate específicos, fique sediado no território nacional.

Defendemos a diversificação das fontes energéticas a nível Europeu para ajudar à menor dependência de petroditaduras e exigimos a ligação da Península Ibérica às redes de energia europeias.

Refletir sobre Energia é muito mais do que apresentar estatísticas sobre dependência energética, produção e consumo de eletricidade, transação de combustíveis líquidos ou mesmo emissões de CO₂. Energia é Economia. Como dizia o Professor Ferreira Dias Jr., “eletrificar para industrializar”. Se nos anos 50 do século passado o acesso à eletricidade constituía a grande alavanca para o desenvolvimento socioeconómico, hoje os desafios energéticos são distintos.

Atualmente, a Europa apresenta fragilidades estruturais em matérias de energia e competitividade. A UE é o maior importador de energia do mundo e a sua dependência energética externa representa, aproximadamente, 400 mil milhões de euros por ano. Os preços grossistas da eletricidade e do gás são, respetivamente, 30% e 100% mais elevados do que nos EUA. Em termos de segurança energética, convirá salientar a circunstância de determinados Estados-Membros estarem fortemente dependentes de um único fornecedor externo. Esta dependência externa sucede no gás e na eletricidade.

Para além da motivação económica e geopolítica, existe uma crescente preocupação com as consequências das alterações climáticas para o planeta, que terão um impacto particularmente severo nos países do Sul da Europa. Surge, por conseguinte, o desígnio de materializar uma transição energética, no sentido de desenvolver infraestruturas a preços acessíveis e ambientalmente responsáveis, mas que ao mesmo tempo promovam o progresso industrial e agrícola (tão relevante para Portugal). Prevê-se que o mercado mundial de *cleantech* atinja os 2,2 biliões de dólares até 2020, havendo nações já com resultados visíveis neste âmbito. Ao contrário do estereótipo generalizado, alguns países em desenvolvimento estão a apostar, claramente, nos sistemas de energia sustentáveis, como a China e a Índia. Na verdade, a China ambiciona tornar-se, até 2030, líder mundial em tecnologias limpas, através de um investimento anual de 145 mil milhões de dólares.

No que diz respeito a Portugal, a dependência energética tem diminuído ao longo da última década e o contributo das fontes de energia renovável aumentou, consideravelmente, nesse período (atualmente as renováveis abastecem cerca de 60% do consumo). Contudo, o país está hoje a pagar uma fatura elevada pela forma custo-ineficiente como os Governos do PS planearam os investimentos no sector elétrico. Sem os cortes de 3,4 mil milhões de euros nas rendas do sector elétrico – implementados pelo Governo PSD/CDS – o défice tarifário seria de 6 mil milhões de euros em 2020 e não de cerca 600 milhões, como é agora expectável.

Não tenhamos dúvidas. Nos próximos anos terão de ser prosseguidos os esforços de redução do “sobrecusto socialista”, de forma a tornar a indústria e a agricultura mais competitivas, e assegurar preços mais acessíveis para os consumidores residenciais.

Se o impacto é nacional, a resposta terá de ser europeia.

Em termos da organização do sector elétrico, a liberalização da produção e do retalho devem ser acompanhadas por uma maior concorrência. Nesse sentido, a UE deve retirar barreiras aos entrantes e criar concorrência aos incumbentes. O CDS defende que a titularidade da concessão da rede nacional de distribuição (de cada Estado Membro) deve ser separada do incumbente (com domínio na produção e comercialização de eletricidade). A concessionária da rede de distribuição de eletricidade tem acesso privilegiado aos dados dos clientes/consumidores (fundamentais para o marketing estratégico), não devendo esta informação constituir uma vantagem para o operador comercial pertencente ao mesmo grupo empresarial.

A UE deve também consolidar o processo de liberalização do mercado da energia, através da criação de esquemas tarifários dinâmicos, oferecendo ao consumidor a possibilidade de gerir a procura e, dessa forma, ajustar o seu comportamento em função do preço da energia. Estes tarifários dinâmicos deverão ter em conta a sazonalidade de terminados consumos energéticos (industriais, agrícolas e residenciais), devendo ser analisado, para o efeito, o regime de pré-pagamento de energia (eletricidade e gás).

Depois de Portugal ter investido na descarbonização da oferta de energia elétrica, é agora o tempo de assumir a eficiência energética como a maior prioridade da política energética nacional, sendo para tal fundamental avançar com a contagem inteligente (telegestão) de energia, sem acréscimo de custos para os consumidores e materializada pela criação de um Operador Logístico de Mudança de Comercializador de Eletricidade (independente da atual concessionária da rede de distribuição de energia elétrica), de forma a promover a concorrência no sector. A UE, neste particular, deve também apoiar a inovação tecnológica e a concorrência dos serviços.

Para além dos desafios nos sectores da eletricidade, importa referir a vantagem geoestratégica que Portugal apresenta para o negócio “gasista”. Portugal deve posicionar o terminal de gás natural liquefeito de Sines como um *hub* de fornecimento de gás à Europa – substituindo importações russas – através do investimento na rede ibérica de Gás Natural (as interligações energéticas não se resumem à eletricidade). Acho que as ideias mais mobilizadoras seriam: 1) reorganização do sector energético, tendo em vista a concorrência, a sustentabilidade e a inovação dos serviços; 2) redução da dependência energética da UE face a petroditaduras, através da aposta em fontes de energia renovável competitivas (sem subsidiação) e no investimento em terminais de Gás Natural Liquefeito (como o de Sines) para importação de gás de Estados aliados (como os EUA) para integração na rede europeia de gasodutos.

Consideramos o Mar e a «Economia Azul» como um desígnio estratégico para Portugal. O Mar é um espaço de afirmação de Portugal.

Portugal é o maior Estado costeiro da União Europeia e um dos maiores do mundo, e tem no mar um dos seus principais recursos e ativos. Esta percepção reforça a importância de o saber proteger e de garantir o seu desenvolvimento sustentável ao nível ambiental, social e económica. Por outro lado, a nível europeu, e sem prejuízo da Política Comum de Pescas, que é de competência exclusiva da UE, Portugal deve defender a aplicação do princípio da subsidiariedade nas demais matérias, para garantir que o centro da decisão não é transferido para Bruxelas.

A Economia do Mar em Portugal corresponde aproximadamente a 3% do PIB, dos quais, 2/3 são sobretudo resultantes da atividade turística. Com efeito, o sector marítimo-turístico é dominante na Economia do Mar em Portugal, como na UE, desde logo porque a proximidade ao mar é um factor decisivo do crescimento do próprio sector do turismo em termos globais.

Contudo, sem prejuízo do importante contributo do sector marítimo-turístico e de outros sectores fundamentais para o atual desempenho da Economia do Mar, como é o caso da pesca, da indústria conserveira e da fileira do pescado, Portugal deve promover a inovação em todos os sectores, desde os tradicionais e estabelecidos, aos novos sectores. Portugal deve também estimular a diversificação da Economia do Mar. Para tal, é necessário conhecimento, inovação e liderança, juntamente com a implementação de processos de decisão com base em boa-ciência e que ofereçam transparência e segurança e certeza jurídica.

O conhecimento científico e tecnológico é central para o incremento da Economia do Mar. Porém, ainda é um lugar comum referir-se que sabemos mais sobre a lua, que sobre o fundo dos oceanos. Assim, a aposta no conhecimento é também uma responsabilidade intergeracional. Somente assim, poderá Portugal ambicionar liderar a boa governação dos oceanos e dos mares e ser uma referência a nível mundial no desenvolvimento da Economia do Mar.

O investimento em conhecimento e tecnologia são componentes fundamentais que caracterizam os investimentos na Economia do Mar, para além do elevado risco e da necessidade de capital intensivo a longo prazo.

Tal como na política europeia, as políticas do mar em Portugal são um desenvolvimento relativamente recente. Sem prejuízo, Portugal esteve na liderança a nível europeu e internacional no desenvolvimento e implementação de políticas públicas exclusivamente dedicadas ao mar. Com efeito, os maiores avanços tiveram lugar no período em que o CDS estava no Governo e quando Assunção Cristas foi responsável pela área do Mar. Destacam-se Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, alinhada com o novo quadro de financiamento da UE, a criação da conta satélite do mar, que permite a avaliação da Economia do Mar em Portugal, e do regime jurídico do ordenamento e da gestão do Espaço Marítimo Nacional, instrumentos fundamentais de simplificação e desmaterialização administrativa, de certeza e segurança jurídica, que permitem a proteção do meio ambiente marinho e a utilização sustentável deste importante ativo nacional. Foi também a primeira vez que Portugal legislou sobre a sua plataforma continental para além das 200 milhas marítimas. Durante este período foram ainda desenvolvidas diversas iniciativas no âmbito da Diplomacia Azul, que permitiram a Portugal consagrar-se com um líder indiscutível a nível internacional da governação do mar.

Desde então, com o governo socialista, é notório o arrefecimento da iniciativa pública e privada nos demais sectores da Economia do Mar, para além de verificar-se durante este período de governação uma grande instabilidade nas relações laborais e na concertação com todos os parceiros sociais. É, por isso, urgente retomar o rumo do crescimento.

Ainda há muito por fazer. É fundamental desenvolver os serviços associados à Economia Azul, como é o caso dos seguros, bem como estimular a iniciativa privada. Este é um aspeto fundamental. Nesse sentido, as políticas públicas devem incentivar o investimento privado, designadamente no que respeita à criação de emprego qualificado, ao investimento em conhecimento e tecnologia e na criação de emprego. Há um conjunto de áreas onde Portugal pode perfeitamente liderar a Economia do Mar a nível europeu e internacional e a médio prazo. É o caso da construção de infraestruturas offshore, seja para a aquacultura em mar aberto, seja para a utilização no aproveitamento de energias renováveis, ou a criação de centros de desenvolvimento tecnológico.

Portugal também deve retomar rapidamente a percepção que o seu território comporta as dimensões marítima e terrestre, sem esquecer a importante interação mar-terra, mas também a interação litoral-interior, a qual tem sido totalmente negligenciada pela atual governação. O Mar é

também um factor de agregação e de coesão de todo o território nacional: continental, regional, local, litoral e interior. A este respeito, o governo deve estimular e apoiar a colaboração entre municípios ribeirinhos, e O desenvolvimento do cluster da Economia Azul nas cidades deverá compreender toda a cadeia de valor, nomeadamente: planeamento e ordenamento (no sentido de identificar as áreas mais adequadas por tipologia de atividade); conhecimento fundamental e inovação (aproveitando as competências e infraestruturas laboratoriais e universitárias); empreendedorismo (orientando o desenvolvimento de microempresas dedicadas às atividades náuticas); turismo (no sentido de assegurar uma adequada oferta).

De igual modo deve ter em conta a engenharia e serviços náuticos (atividades de inspeção, conservação, reparação e abastecimento das embarcações); ambiente e energia (p.e. dessalinização da água e energia eólica offshore); educação e desporto (de forma a proporcionar uma rede de educação para o desporto náutico); e o posicionamento internacional (promovendo o intercâmbio de experiências com outras cidades e desenvolvendo um plano de eventos coerente com as atividades “azuis” da cidade).

O sucesso da Economia Azul no nosso país até pode depender em alguma medida das oportunidades internacionais e do enquadramento legislativo nacional, mas ancora-se na audácia e na capacidade de liderança e de concretização dos agentes políticos.

Desejamos a criação do Mercado Único Digital.

O mercado único digital significa adequar o mercado único europeu à era digital. Permite eliminar processos burocráticos e barreiras regulamentares, num mercado que sendo a 28 países, pode e deve transformar-se num mercado único que facilite a vida aos investidores e empresas.

Significa acesso imediato a mais de 500 milhões de clientes na Europa comunitária, permite mais e melhores serviços digitais e fomenta o crescimento de empresas. Estimativas recentes apontam para valores de 415 mil milhões de euros por ano para a economia europeia, impulsionando o emprego, o crescimento, investimento e inovação.

Portugal tem que saber tirar partido de uma Europa em mudança, num dos domínios mais promissores, mas que mais desafios apresenta em termos de progresso. Esta evolução exige um enquadramento regulamentar que permita o desenvolvimento da computação em nuvem, a conectividade dos dados móveis sem fronteiras e o acesso simplificado a informações e conteúdos, salvaguardando, simultaneamente, a privacidade, os dados pessoais, a cibersegurança e a neutralidade da rede.

A aposta nas novas tecnologias não se alcança com mais impostos, como a propósito do digital e antes mesmo de suficientemente alcançado em Portugal, numa área identificada como estratégica, o governo socialista antecipou, sob pretexto do orçamento da União, arriscando o afastamento de empresas e investidores.

Consegue-se com medidas atractivas, aposta na modernização tecnológica de empresas e da administração, com o envolvimento das universidades, incrementando a investigação, aproveitando os recursos que a União Europeia concede.

Em suma, acreditamos que somos capazes de representar Portugal na Europa com a responsabilidade e a liberdade de quem assume ser europeísta, mas não federalista.

Como escreveu Assunção Cristas na sua moção «Um Passo à Frente» apresentada no Congresso em Lamego no ano passado:

«Um partido convictamente europeísta, e por isso exigente na Europa, um partido atlantista, que vê em Portugal um país aberto ao mundo e com capacidade de diálogo e de pontes com geografias distintas.»

Um voto no CDS-PP é um voto que reforça Portugal nessa Europa, num Portugal que sabe fazer e que quer fazer melhor. Ao lado das empresas. Ao lado dos agricultores. Ao lado do Mar e do Ambiente. Ao lado da Solidariedade entre gerações e com a convicção de que todas as pessoas contam. Ao lado do interior. Ao lado da inovação e da competitividade. Ao lado do Digital e da nossa História.

Assumimos o compromisso de ser a voz de Portugal na Europa, uma voz exigente, que acredita na importância da subsidiariedade e da solidariedade entre Estados-membros e também entre gerações.

Portugal. A Europa é aqui.